

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF (CHI) LUIS EDUARDO BUSTOS GONZÁLEZ

A INFLUÊNCIA DE MAHAN E CORBETT NO EMPREGO DO PODER NAVAL NO  
SÉCULO XXI

Rio de Janeiro

2019

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF (CHI) LUIS EDUARDO BUSTOS GONZÁLEZ

A INFLUÊNCIA DE MAHAN E CORBETT NO EMPREGO DO PODER NAVAL NO  
SÉCULO XXI

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Alceu Oliveira  
Castro Jungstedt

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2019

## RESUMO

O propósito do presente trabalho é identificar a relação entre os pensadores clássicos, Mahan e Corbett, seus postulados sobre estratégia marítima, e a influência destes sobre o emprego do Poder Naval na atualidade. A relevância do presente estudo está baseado no estudo bibliográfico das posturas estratégicas dos clássicos já mencionados em suas obras “O Poder Naval na História 1660-1783” e “Alguns Princípios de Estratégia Marítima” e seu desenvolvimento histórico até nossos dias, bem como o estudo bibliográfico documental das teorias e postulados atuais, juntamente com o desenvolvimento que hoje apresenta o emprego do Poder Naval. Para tanto, se efetuou uma metodologia descritiva e dedutiva, baseada em dados históricos, focada na hipótese de que o pensamento dos clássicos em estudo, expresso nos trabalhos citados e apoiados por seu desenvolvimento histórico, tem influenciado tanto as teorias modernas deste respeito, como o uso empírico do Poder Naval, indicando se essa influência é completa ou parcial, dependendo da variação que os cenários apresentaram desde a data de publicação dos clássicos até os nossos dias.

**Palavras-chave:** Corbett; Mahan; Poder Marítimo; Poder Naval.

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CNUDM	-	Convenção da Organização das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
EUA	-	Estados Unidos de América
LCM	-	Linhas de Comunicações Marítimas
MOOTW	-	Military Operations Others Than War (Operações Militares Distintas da Guerra)
OMC	-	Organização Mundial do Comércio
ONU	-	Organização das Nações Unidas
URSS	-	União de Republicas Socialistas Sovieticas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>MARCO TEÓRICO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PENSAMENTO DE MAHAN .....</b>	<b>8</b>
<b>2.1</b>	<b>Marco teórico.....</b>	<b>8</b>
2.1.1	Visão geopolítica.....	9
2.1.2	Visão estratégica .....	11
<b>2.2</b>	<b>Desenvolvimento histórico do pensamento de Mahan.....</b>	<b>12</b>
2.2.1	Guerra Sino-Japonesa (1894).....	12
2.2.2	Guerra Hispano-Americana (1898).....	13
2.2.3	Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) .....	14
2.2.4	Primeira Guerra Mundial (1914-1918) .....	16
2.2.5	Segunda Guerra Mundial (1939-1945) .....	16
2.2.6	Conflitos curtos após a Segunda Guerra Mundial.....	18
<b>2.3</b>	<b>Considerações parciais.....</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>MARCO TEÓRICO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PENSAMENTO DE CORBETT .....</b>	<b>22</b>
<b>3.1</b>	<b>Marco teórico.....</b>	<b>22</b>
3.1.1	Teoria da Guerra .....	23
3.1.2	Teoria da Guerra Naval .....	24
3.1.3	Condução da Guerra Naval .....	25

3.2.1 Primeira Guerra Mundial (1914-1918) .....	28
3.2.2 Segunda Guerra Mundial (1939-1945) .....	29
3.2.3 Conflitos curtos após a Segunda Guerra Mundial.....	30
<b>3.3 Considerações parciais.....</b>	<b>32</b>
<b>4 O MARCO TEÓRICO E EMPREGO EFETIVO DO PODER NAVAL NO SÉCULO XXI.....</b>	<b>34</b>
<b>4.1 Marco teórico.....</b>	<b>35</b>
4.1.1 Perspectivas geopolíticas atuais .....	35
4.1.2 Teorias da Guerra .....	37
4.1.3 Perspectiva Estratégica.....	39
<b>4.2 Emprego efetivo do Poder Naval no século XXI .....</b>	<b>41</b>
4.2.1 Conflitos do século XXI.....	41
4.2.2 Operações militares distintas da guerra.....	45
<b>4.3 Considerações Parciais .....</b>	<b>46</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria, marcado principalmente por dois eventos de importância mundial, como a queda do Muro de Berlim em 1989 e o desmembramento da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) em 1991, significou o término de uma era caracterizada pelos conflitos entre Estados que tiveram sua expressão máxima em duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945 respectivamente) e a subsequente disputa pela hegemonia entre os Estados Unidos de América (EUA) e a ex-URSS. Com o fim da bipolaridade, o poder hegemônico foi centrado nos EUA, no entanto, a paz mundial não foi alcançada, pelo contrário, começaram a surgir novas ameaças que marcaram o fim do século XX, e perduram até o presente século.

Este estudo tem o propósito de analisar o papel do Poder Naval nesse “nova ordem” e determinar se o uso deste é atualmente influenciado pelas teorias dos pensadores Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e Sir Julian Stafford Corbett (1854-1922).

Para atingir esse propósito desenvolveremos o estudo em três capítulos da seguinte maneira:

No capítulo 2 descreveremos o marco teórico sobre o pensamento de Mahan, incluindo sua posição geopolítica e o papel desempenhado pelo Poder Naval sob esse aspecto, além de destacar suas teorias sobre o uso estratégico-operacional da Força Naval. Em seguida, analisaremos de forma dedutiva os aspectos teóricos do desenvolvimento histórico do uso do Poder Naval durante o século XX, para entender como sua influência evoluiu ao longo do tempo e sua importância até o início do século XXI, a fim de utilizar as deduções obtidas como base de comparação com o seu emprego atual.

No capítulo 3, descreveremos o marco teórico sobre o pensamento de Corbett, incluindo suas teorias sobre guerra, guerra naval e a condução desta, para posteriormente, realizar uma

análise dedutiva destes aspectos teóricos do desenvolvimento histórico do uso do Poder Naval durante o século XX, e obter os mesmos objetivos do capítulo anterior.

No capítulo 4, seguiremos a mesma metodologia, descrevendo algumas teorias modernas existentes, enfocando principalmente no professor Geoffrey Till (1945- ), que, na nossa opinião, é o teórico atual mais importante sobre a matéria; e alguns artigos de revistas especializadas em Estratégia Marítima, para, em seguida, e de modo análogo aos capítulos anteriores, fazer uma análise dedutiva dessas teorias sobre o uso efetivo que o Poder Naval teve no presente século.

Finalmente, na conclusão, por meio da comparação dos teóricos clássicos descritos nos capítulos 2 e 3, em contraposição aos resultados da análise do capítulo 4, responderemos à nossa questão, se esses autores clássicos influenciaram, total ou parcialmente, as teorias e o emprego do Poder Naval no presente.

## **2 MARCO TEÓRICO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PENSAMENTO DE MAHAN**

O Contra-Almirante da Marinha dos Estados Unidos, Alfred Thayer Mahan, destacou-se no final do século XIX por suas obras relacionadas à importância da Poder Marítimo no desenvolvimento dos Estados, destacando três áreas: história, geopolítica e estratégia naval. Estes três elementos foram entrelaçados, principalmente em seu trabalho, "O Poder Naval na História, 1660-1783" (1890), onde ele usou a história como um elemento de análise, e, por meio de um método dedutivo explicou como o uso correto do Poder Marítimo tem implicações geopolíticas no poder dos Estados.

Na estratégia, Mahan foi influenciado principalmente pelo teórico militar terrestre Antoine-Henri Jomini (1779-1869) na perspectiva e visão estratégica da busca em combate de uma batalha decisiva que desse liberdade de ação para as operações (TERZAGO, 2005).

Com base nas duas perspectivas detalhadas acima, geopolítica e estratégia, estudaremos as teorias levantadas por Mahan em seu trabalho, analisando-as à luz do desenvolvimento histórico após sua publicação para determinar como influenciaram o emprego do Poder Naval nos conflitos do final do século XIX e ao longo do século XX.

### **2.1 Marco teórico**

O pensamento de Mahan vincula, através do estudo histórico, a geopolítica e a estratégia e as relaciona diretamente com o desenvolvimento do Poder Marítimo que vamos descrever a seguir a partir dessas duas perspectivas.

### 2.1.1 Visão geopolítica

O aspecto mais visível que o mar nos oferece primeiro, do ponto de vista político e social é o de uma grande rodovia; ou melhor, talvez, de uma ampla extensão de propriedade comum, sobre o qual os homens podem se mover em todas as direções, mas que o maior fluxo de algumas rotas mostra que há razões que levaram a escolher certas estradas em vez de outras. Essas estradas são conhecidas como rotas comerciais; e as razões que as determinaram devem ser buscadas na história do mundo<sup>1</sup> (MAHAN, 1890, pág. 23, tradução nossa<sup>2</sup>).

Para Mahan, essas rotas comerciais constituem um fator fundamental no desenvolvimento dos Estados, uma vez que as comunicações marítimas serão sempre mais eficientes e massivas do que as comunicações terrestres, e quem quer que tenha controle sobre elas vai ter uma posição de poder privilegiado, do que ele deduz, que para ser uma potência mundial, primeiro tem que ser uma potência marítima, entendendo como Poder Marítimo a capacidade de criar, desenvolver, explorar e defender interesses marítimos e usar o mar em seu benefício. Portanto, o Poder Marítimo é composto por interesses marítimos que contêm valores econômicos e sociais que concorrem para o desenvolvimento e para um Poder Naval com valores políticos e militares que contribuem para a segurança (TERZAGO, 2005).

Os fatores que ele identificou que afetariam diretamente os Estados que competiam por este Poder Marítimo são os seguintes (TERZAGO, 2005, págs. 28-30):

– **A situação geográfica:** deve permitir o fácil acesso ao mar e ligar-se às regiões de interesse. Destaca-se a importância de um bom relacionamento com os Estados vizinhos, de modo a concentrar seus esforços além de suas fronteiras. Se essas posições são insulares, torna-se ainda melhor por causa da vantagem que implica no controle das rotas comerciais em disputa e da falta de ameaças diretas ao território.

---

<sup>1</sup> Aplicável como definição de Linhas de Comunicações Marítimas (LCM).

<sup>2</sup> The first and most obvious light in which the sea presents itself from the political and social point of view is that of a great highway; or better, perhaps, of a wide common, over which men may pass in all directions, but on which some well-worn paths show that controlling reasons have led them to choose certain lines of travel rather than others (MAHAN, 1890, pág. 23).

– **Configuração e conformação física do território:** em que a morfologia e conformação das costas influenciam na vocação marítima dos povos, enfatizando a extensão do litoral, as condições dos portos e a capacidade de defesa.

– **Extensão do território:** é importante que esta extensão esteja relacionada com o tamanho da população, que deve ser adequada para a sua proteção, que de outra forma pode ser um fator de fraqueza diante de uma ameaça expansionista estrangeira.

– **Recursos naturais:** se um Estado é rico em recursos naturais, ou seja, com grande capacidade de autossustento de sua população, é uma condição que diminui essa vocação marítima, já que carece da necessidade de procurar tais insumos no exterior. Contrastando a Grã-Bretanha com a França, verifica-se que a primeira tem a necessidade imperiosa de buscar recursos fora de seu território, o que a levou a ter um grande Poder Naval para proteger esses interesses, por outro lado a França, um Estado sem muitas necessidades e autossuficiente, contava apenas transitoriamente com um Poder Naval. Da mesma forma, analisa a situação particular dos Estados Unidos da América, insistindo para que eles não caíram na situação da França, tentando forçar uma consciência marítima, para se tornar uma potência mundial.

– **População:** é influente em quantidade, uma vez que uma porcentagem significativa dela desenvolve tarefas relacionadas ao mar.

– **Caráter nacional:** considera que os povos marítimos dotados de habilidades comerciais promovem a atividade marítima, constituindo a base para o desenvolvimento do Poder Marítimo.

– **Classe governamental:** dá uma grande importância ao caráter dos governantes e às instituições no desenvolvimento marítimo de um Estado, constituindo um pilar fundamental de acordo com as políticas que eles estabelecem para esse desenvolvimento.

A partir da descrição de Mahan de cada um dos pontos mencionados, como fatores fundamentais para o desenvolvimento do Poder Marítimo de um Estado, consideramos que o

mais relevante foi o que se refere aos aspectos geográficos e a importância da posição para alcançar os objetivos nacionais, com bases avançadas, acesso a recursos e a capacidade de influenciar outras potências; e apoiado por um Poder Naval adequado.

### 2.1.2 Visão estratégica

Mahan tinha uma visão estratégica para o uso do Poder Naval, baseada principalmente no uso da força, a partir de uma posição estratégica<sup>3</sup> fundamental para sustentação dele, possibilitando o apoio à força e o controle da esquadra inimiga, além da influência sobre outros Estados já mencionadas na perspectiva geopolítica. O valor disso dependia da proximidade a uma rota comercial, de onde a força poderia garantir o emprego para benefício próprio e impedir seu uso pelo adversário.

Do exposto, e com base nas características de seu Estado e na posição que deveria aspirar no concerto mundial, emitiu critérios para formar uma grande força naval, fortemente influenciado pelo general Jomini, baseando toda a sua estratégia na concentração de massas e na ofensiva, a fim de forçar a batalha decisiva que assegurasse a superioridade no lugar certo, antecipadamente, garantindo assim ao vencedor o controle absoluto do mar, e dando liberdade de ação para continuar com segurança as demais operações. Isso não significa que Mahan não tenha dado importância à interdição marítima ou à projeção do Poder Naval sobre terra, mas que para chegar a estes seria fundamental a aniquilação da esquadra adversária, gerando a teoria do primeiro objetivo, ou uma ordem lógica de operações, sendo o primeiro alvo sempre a força inimiga (TERZAGO, 2005).

---

<sup>3</sup> Posição Estratégica: “é uma área geográfica cuja localização e conformação permite que a força naval que nela se apoia possa se projetar sobre os objetivos estratégicos que se podem conquistar o preservar mediante emprego do Poder Naval. É uma área a partir da qual a força naval própria gravita, influencia, atua sobre a força inimiga e seus objetivos estratégicos” (CASTRO, 2014).

## 2.2 Desenvolvimento histórico do pensamento de Mahan

Em seguida, por meio de um breve resumo histórico, vamos analisar como desde a publicação do seu trabalho “Poder Naval na História, 1660-1783” (1890), seu pensamento influenciou o desenvolvimento das forças navais da maioria das potências da época, em ações e na busca pelo controle de posições estratégicas.

### 2.2.1 Guerra Sino-Japonesa (1894)

Após as ações do Comodoro Matthew C. Perry (1794-1858) no Japão, este Estado entendeu sua condição insular sem recursos próprios e a importância das posições estratégicas e das linhas de comunicação marítimas, estabelecendo uma força naval focada em uma esquadra de cruzadores blindados com os quais acreditava poder enfrentar seu rival à época: a China. Ambos tinham interesses na península coreana e exerciam uma administração compartilhada, que finalmente os levou à guerra em 1894 (AGUIRRE Vio, 1997).

Durante o curso dessa curta guerra, houve três confrontos navais; o primeiro, em 25 de julho de 1894, um pequeno confronto entre cruzadores leves japoneses e o cruzador *Tsi-yuen* e uma canhoneira chinesa, o primeiro se afastou da área de operações e o segundo foi afundado junto com um transporte de tropas detectado durante a perseguição. Após esta ação, o Japão projetou suas forças militares sobre a península coreana sem resistência da China, conseguindo sua expulsão. Após isso, e independente das ações em terra, aconteceu a batalha do rio Yalu, em 17 de novembro de 1894, com um resultado favorável às forças japonesas. No entanto, as unidades principais chinesas conseguiram escapar, sendo finalmente destruídas pela ação de torpedeiros em Weihai (Wei Ha Wei) entre 20 de janeiro e 13 de fevereiro de 1895, após o desembarque das forças japonesas na região (AGUIRRE Vio, 1997).

Depois dessas ações, a paz seria assinada, ficando o Japão com a ilha de Taiwan, e apesar de ocupar Port Arthur na Coreia, perdeu esta posição pela ação da diplomacia russa, que como mediadora do conflito, ordenou o despejo japonês e fez a ocupação desse importante porto, semeando assim um futuro conflito (AGUIRRE Vio, 1997).

Nessas ações, a busca pela batalha e os resultados favoráveis para o Japão começaram a cimentar na cultura naval japonesa o valor da força naval e a neutralização da força adversária como requisito para o desenvolvimento de outras ações navais ou de projeção, compreendendo a importância da posição estratégica para poder aumentar seu poder nacional.

### 2.2.2 Guerra Hispano-Americana (1898)

Os Estados Unidos da América já haviam assimilado as teorias de Mahan sobre a importância da posição estratégica e controle das linhas de comunicação, ao mesmo tempo tinham começado um ambicioso plano de construção naval para alcançar suas aspirações. No entanto, a Espanha se apresentava como um obstáculo em face das suas ambições pelas posições nas Filipinas, Porto Rico e Cuba, especialmente esta última porque estava estrategicamente localizada em frente ao Vale do Mississippi e ao já projetado Canal do Panamá (AGUIRRE Vio, 1997).

A explosão do encouraçado *Maine*, em 16 de fevereiro de 1898 na Baía de Havana, foi usada como o perfeito *Casus Belli* pelos EUA para declarar guerra à Espanha em 18 de abril do mesmo ano, contando a seu favor com uma posição estratégica vantajosa no próprio território que permitiu uma boa vigilância na área de operações, apoio logístico com linhas de comunicação favoráveis e uma força naval superior (AGUIRRE Vio, 1997).

Por outro lado, no Pacífico, diferente da situação em Cuba, embora os EUA não tivessem uma posição vantajosa, sua esquadra que foi baseada em Hong Kong enfrentou uma força naval espanhola velha e desgastada, aniquilando-a na batalha naval de Cavite, nas

Filipinas, em 1º de maio de 1898, permitindo que os Estados Unidos tivessem uma posição estratégica na região onde o Japão estava começando a crescer (AGUIRRE Vio, 1997).

Em Cuba, as forças navais do almirante Cervera buscaram proteção na baía de Santiago, e aqui é notável que todo o planejamento realizado pelos EUA, consistiu em bloquear a ilha, e virou-se para um bloqueio de Santiago, onde todas as ações se concentraram na neutralização da força principal espanhola, adiando os planos terrestres em Havana, o que foi finalmente alcançado durante a batalha de Santiago de Cuba em 3 de julho de 1898 (AGUIRRE Vio, 1997).

Após a batalha, o planejamento foi retomado, Cuba foi liberada, e os Estados Unidos da América conquistaram e mantiveram, até hoje, uma base assegurando a posição estratégica em Guantánamo. Simultaneamente, foi nesse período que os EUA anexaram o Havaí, dominando uma série de posições e rotas com Cuba, Havaí e Filipinas, e ao mesmo tempo em que compreendeu a importância da região do projetado Canal do Panamá, sob uma notória influência mahaniana.

### 2.2.3 Guerra Russo-Japonesa (1904-1905)

Após a intervenção russa na guerra Sino-Japonesa de 1894, a Rússia conquistou em Port Arthur um porto de águas quentes, já que o porto de Vladivostok permanecia fechado por até 7 meses durante o inverno, aspirando assim tornar-se uma potência naval no Pacífico. Nesse contexto, o Japão entendeu que a Rússia havia se tornado uma ameaça aos seus interesses na região, preparando-se para o confronto (AGUIRRE Vio, 1997).

No ano de 1904, o Japão pediu à Rússia que retirasse suas tropas estabelecidas na Coreia, e como não teve resposta, na noite de 8 a 9 de fevereiro lançou um ataque surpresa à força naval russa, destruindo parte dela. Mais tarde neutralizou-a mediante um bloqueio ao mesmo tempo em que as forças ocuparam a península e avançaram por terra sobre Port Arthur.

As forças navais russas restantes tentaram deixar este porto em 10 de agosto sendo aniquiladas pelos japoneses, e Port Arthur caiu definitivamente em mãos japonesas em 1 de janeiro de 1905.

Após a aniquilação da frota de Port Arthur, a Rússia enviou em uma longa viagem, sua esquadra do báltico sob comando do Almirante Zinovi P. Rojdestvenski (1873-1909), sendo interceptada pela força naval do Almirante Togo Heihachiro (1848-1934) em Tsushima, que esperava em uma posição próxima de suas bases principais permitindo-lhe apoio logístico, descanso, treinamento e iniciativa contra uma esquadra russa exausta, resultando na vitória japonesa em 27 e 28 de maio de 1905 (AGUIRRE Vio, 1997).

As três guerras expostas acima têm em comum o fato de que praticamente não envolveram disputas nas rotas comerciais, apenas batalhas navais, tendo uma séria repercussão nos planos de desenvolvimento das forças navais no futuro e, sobretudo, na sobrevalorização da batalha (PAINE, 2013).

No mesmo sentido, a vitória em Tsushima daria ao Japão uma grande liberdade de ação em suas operações, permitindo um sucesso esmagador sobre uma grande potência como a Rússia, atribuindo assim, o sucesso da guerra a esta ação. Por esse motivo lançaram as bases da importância que seria dada no futuro à batalha naval decisiva, ficando no inconsciente coletivo dos comandantes japoneses, até o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), como o único instrumento válido de guerra no mar (YOSHIHARA AND HOLMES, 2006).

Além disso, neste período, os fundadores do pensamento estratégico japonês emergem, influenciados por Mahan e pelo sucesso de Tsushima, como o Almirante Akiyama Saneyuki (1868-1918), planejador da batalha anterior; e os Almirantes Sato Tetsutaro (1866-1942) e Suzuki Kentaro (1868-1948) formados no exterior, que seriam os responsáveis pela formação dos principais oficiais japoneses que planejarão as ações subsequentes a serem empreendidas pelo Japão (YOSHIHARA AND HOLMES, 2006).

#### 2.2.4 Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

Durante a Primeira Guerra Mundial, os aliados, apesar de terem o domínio do mar, foram surpreendidos pela esquadra alemã do Almirante Maximilian Von Spee (1861-1914) que destruiu uma esquadra de velhos navios britânicos em frente ao Coronel (Chile) no dia 1 de novembro de 1914. Em seguida, a Grã-Bretanha enviou uma força naval que interceptou Von Spee nas Malvinas, destruindo quase toda a frota alemã em 8 de dezembro do mesmo ano. Subsequentemente, confrontado com o bloqueio britânico e tendo em conta as deficiências da sua posição estratégica face à posição britânica favorável, a Alemanha buscou a batalha para ganhar a iniciativa e obter a liberdade de ação, situação que os britânicos se recusaram (pois não era necessário para eles), até que finalmente se enfrentaram em Jutlândia, com resultados táticos favoráveis aos alemães, mas a esquadra alemã não voltou mais para ao mar (AGUIRRE Vio, 1997). A Grã-Bretanha deteve o domínio do mar, e assim, garantiu sua sobrevivência e, do outro lado, a Alemanha acabaria derrotada, não por cair na frente de batalha em terra, mas por um colapso interno do Estado como resultado dos efeitos do bloqueio.

Nessa guerra, os conceitos geopolíticos de Mahan permaneceram em vigor, no entanto, vemos que a batalha decisiva estava se tornando cada vez mais difícil e novas ações começavam a aparecer, que serão descritas no próximo capítulo.

#### 2.2.5 Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Na Segunda Guerra Mundial, a Alemanha assimilou a lição aprendida na primeira sobre a importância da posição estratégica, conseguindo a conquista da Noruega (WEGENER, 1950). No entanto, ao contrário do conflito anterior, não teria uma força adequada, e uma posição sem força não tem valor, limitando as ações de superfície aos ataques de corsários e à guerra submarina, que serão analisadas na perspectiva de Corbett no próximo capítulo.

No Pacífico, por outro lado, pelo legado de seus pensadores estratégicos influenciados pela Batalha de Tsushima, o Japão assimilou o pensamento mahaniano totalmente, ampliando o seu império na chamada Zona de Co-Prosperidade, inicialmente em territórios continentais como Manchúria, Coreia e China e mais tarde nas Ilhas do Pacífico, nas quais mobiliou bases avançadas capazes de fornecer apoio logístico para a sua força, controlar as rotas marítimas e exercer influência sobre outras potências. Essas ilhas tinham uma boa localização e eram em sua maioria ricas em recursos (YOSHIHARA AND HOLMES, 2006).

No entanto, neste desejo expansionista, os japoneses necessariamente colidiriam com os Estados Unidos da América e seus interesses na região, e da mesma forma que fez 36 anos antes em Port Arthur, eles lançaram um ataque surpresa à base naval dos EUA em Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941, danificando 7 navios de guerra estadunidenses (Objetivo: a força), obtendo a necessária liberdade de ação para alcançar seus objetivos na Malásia e nas Filipinas (MORTON, 1990).

Apesar dos danos causados à força norte-americana com o ataque mencionado, estes conseguiram interromper parcialmente a ofensiva japonesa na Batalha do Mar de Coral (4 a 8 de maio de 1942), onde uma pequena força de porta-aviões americanos conseguiu impedir a conquista de Port Moresby, local que o Japão aspirava como uma posição para invadir a Austrália. Este último, juntamente com o ataque do Coronel James H. Doolittle (1896-1993) a Tokio (18 de abril de 1942), levou os japoneses a observar que o controle do mar não estava completo, razão pela qual retomaram a busca pela batalha decisiva contra a força norte-americana, primeiro em Midway (4 a 7 de julho de 1942), em uma batalha que foi totalmente favorável aos estadunidenses e que significou o ponto culminante<sup>4</sup> do Japão, quando foi

---

<sup>4</sup> Ponto culminante: “a situação dada no desenvolvimento de um conflito, em que a relação de poder entre os atores, dentro do espaço em que eles interagem, impede que um deles (ou um grupo deles que compõem uma aliança) mantenha uma atitude estratégica, atitude operacional ou operação tática em andamento com razoável expectativa de sucesso, forçando a avaliar a conveniência de adotar uma mudança de curso que o preserve de uma falha altamente provável.” (BARRALES, 2013).

obrigado a adotar uma postura estratégica defensiva. Apesar disso, o Japão continuou a buscar a batalha decisiva, sendo também derrotado em Leyte, (23 a 26 de outubro de 1944) que na prática significou o fim da esquadra japonesa como força organizada (SOLIS, 2006). Essa atitude de busca permanente pela batalha levou o Japão a negligenciar a proteção de suas Linhas de Comunicação Marítimas, que eram vitais para sustentar o esforço de guerra, em face da sua natureza insular e pobre em recursos (PAINE, 2013).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial começou o processo de descolonização e, com ele, a perda de importantes posições estratégicas de vários Estados, entre elas, as Filipinas para os Estados Unidos quem finalmente reconheceu como um Estado independente, mantendo apenas a ilha de Guam na região (AGUIRRE Vio, 1997). Dessa forma, a modalidade de posições estratégicas começou a mudar, não mais mantendo territórios conquistados, mas sim por meio de intercâmbios e acordos de cooperação militares e comerciais com Estados localizados em áreas de interesse, como exemplo, os EUA mantiveram tropas e meios navais no Japão, na Coreia, e em outras regiões. A Grã-Bretanha começou a perder a maioria de suas colônias no extremo e Oriente-Medio, mantendo apenas Gibraltar, Malvinas e outras ilhas menores no Atlântico, e da mesma forma que os Estados Unidos, optou por substituir as posições por uma relação política de confiança com Estados de interesse principalmente na Commonwealth, que poderiam ser usados como posições estratégicas.

#### 2.2.6 Conflitos curtos após a Segunda Guerra Mundial

Após a Segunda Guerra Mundial, seguiu-se uma série de conflitos, em sua maioria de baixa intensidade ou crise, principalmente no âmbito da Guerra Fria, dos quais estudaremos alguns deles segundo a perspectiva mahaniana.

– **Guerra de Coreia (1950-1953):** no tocante ao desenvolvimento de ações navais, os EUA tinham o domínio absoluto do mar e conseqüentemente liberdade de ação para realizar

outras operações, pelo que não foi necessário buscar a batalha decisiva desde a perspectiva mahaniana. De acordo com a visão geopolítica, o conflito apresentava um forte viés ideológico no contexto da Guerra Fria, tanto para EUA, quanto para a ex-URSS, constituindo uma importante posição estratégica para influência na região (AGUIRRE Vio, 1997).

– **Crise do Canal de Suez (1956):** o desenvolvimento das ações navais neste conflito não é influenciado pelo conceito mahaniano de uso estratégico do Poder Naval, no entanto, a partir da perspectiva geopolítica, representava uma importante posição e rota comercial para a Grã-Bretanha e a França (AGUIRRE Vio, 1997).

– **Remoção de governantes da República Dominicana (1961):** os Estados Unidos da América enviaram uma missão diplomática para negociar a renúncia do ditador Trujillo e o estabelecimento de um governo democrático, ao mesmo tempo que deslocou uma força naval, que incluía um porta-aviões e 1.800 fuzileiros navais (HARTUNG, *El Poder Naval en los conflictos cortos después de la Segunda Guerra Mundial*, 2001), medidas que, como escreveu James Cable em seu livro *“Gunboat Diplomacy”* (1977), constituem medidas coercitivas para obter condições favoráveis, neste caso para o controle indireto de uma posição estratégica e influência por parte dos EUA na região.

– **Crise dos Mísseis de Cuba (1962):** A ex-URSS desafiou os EUA, implantando mísseis em Cuba com o único propósito de obter uma posição estratégica com a capacidade real de exercer influência política no Caribe e na América Latina, enquanto enfraquecia a posição de seu inimigo ideológico, os Estados Unidos. Diante deste desafio, a resposta estadunidense foi imediata, empregando a política e o Poder Naval na área de operações para exercer um bloqueio e impedir a chegada dos elementos para a instalação dos mísseis. Naquela época, a ex-URSS tinha uma força naval convencional muito inferior, por ter se preparado nos anos anteriores para um conflito nuclear, e por conseguinte, não era capaz de contrapor-se ao bloqueio estadunidense, que tinha plena liberdade de ação, e uma posição estratégica favorável

de suas próprias bases no território para realizá-lo (HARTUNG, El Poder Naval en los conflictos cortos después de la Segunda Guerra Mundial, 2001).

– **Conflicto das Ilhas Malvinas (1982):** produto de um esforço para recuperar esta posição com uma importante projeção para a Antártica e como uma base avançada para um possível conflito regional, a Argentina invadiu e conquistou as Ilhas Malvinas em 2 de abril de 1982 (HARTUNG, El Poder Naval en los conflictos cortos después de la Segunda Guerra Mundial, 2001). Como a maioria dos conflitos da segunda metade do século XX, as ações navais não foram mais influenciadas pelos princípios de Mahan, no entanto, a disputa pela posição estratégica permanecia em vigor, o que levou a Grã-Bretanha ao esforço militar e a demonstrar a vontade estratégica para a recuperação desta importante posição.

– **Primeira Guerra do Golfo (1991):** o desenvolvimento das ações neste conflito não foi influenciado pelo conceito mahaniano de uso estratégico do Poder Naval, no entanto, a influência que o Iraque poderia exercer dessa importante posição estratégica na região e no preço dos combustíveis e ainda da economia mundial, era uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos e à maioria das potências mundiais da época (HARTUNG, El Poder Naval en los conflictos cortos después de la Segunda Guerra Mundial, 2001).

### 2.3 Considerações parciais

No presente capítulo considerando o quadro teórico exposto com o pensamento de Mahan contrastado com o desenvolvimento histórico após a publicação de sua obra, podemos concluir parcialmente que, do ponto de vista geopolítico, Mahan permaneceu válido desde os finais do século XIX e ao longo do século XX.

A convicção de que as rotas marítimas seriam mais eficientes e de maior volume que as terrestres tornaram imprescindível o controle de posições estratégicas que permitissem o controle dessas rotas para, sobretudo, exercer influência permanente sobre outras potências. É

por isso que, ao longo do século XX, o Poder Naval foi utilizado como instrumento da política externa dos Estados para exercer esse controle sobre as comunicações, posição e influência.

Deve-se notar que a figura da posição estratégica estava se movendo de colônias, para regiões de influência e áreas de interesses comuns entre Estados, como foi o caso das Filipinas, que após a Segunda Guerra Mundial tornou-se independente, deslocando os Estados Unidos da América desta posição para uma relação simbiótica com a Coreia do Sul e o Japão.

Quanto ao uso do Poder Naval, a partir de uma perspectiva estratégica-operacional, seu princípio que era baseado na concentração em massa e na ofensiva para forçar a batalha decisiva, parece ter ganhado força entre as potências mundiais nos três conflitos curtos anteriores à Primeira Guerra Mundial (Guerras Sino-Japonesa, Russo-Japonesa e Hispano-Americana), forçando um desenvolvimento de forças a nível mundial sob este paradigma. Por outro lado, durante o decurso do século XX, essas ideias foram perdendo força pela desconexão dessas ações com os objetivos em terra e por não ter, em última análise, uma fundamentação estratégica adequada.

### **3 MARCO TEÓRICO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PENSAMENTO DE CORBETT**

*Sir* Julian S. Corbett nasceu em 1854 em Londres, graduando-se como advogado em 1877, profissão que deixou cedo para dedicar-se a escrever estudos históricos com uma inclinação para a Marinha. Nessa área, ele escreveu artigos e publicações, destacando seu trabalho "Alguns Princípios da Estratégia Marítima" (1911), em que expressou seus postulados sobre a guerra no mar. Esta contém três partes; a primeira, faz uma análise filosófica da guerra, influenciada por Jomini e, principalmente, por Carl Von Clausewitz (1780-1831); a segunda, e dentro da mesma linha, refere-se à guerra no mar, fazendo uma interpretação marítima dos postulados a respeito da guerra de Clausewitz; e finalmente, na terceira parte desenvolveu seus princípios para a condução da guerra no mar.

Neste capítulo faremos uma descrição teórica dos princípios acima mencionados, para posteriormente, e de forma análoga ao capítulo anterior, fazer uma análise dedutiva à luz do desenvolvimento que tiveram os eventos históricos após a publicação do seu trabalho e como ele influenciou o desenvolvimento do emprego do Poder Naval nos conflitos gerados durante o século XX.

#### **3.1 Marco teórico**

O pensamento de Corbett está presente, principalmente, em seu trabalho "Alguns Princípios da Estratégia Marítima" (1911), destacando-se três áreas:

### 3.1.1 Teoria da Guerra

Uma das contribuições transcendentais de Corbett para a teoria da guerra é a conexão que ele faz entre o desenvolvimento das operações terrestres e marítimas, que não devem ser conduzidas separadamente, assumindo que há uma estratégia maior que entrelaça o Exército e a Marinha como uma única arma que determina suas ações de maneira complementar.

Ressalta a influência de Clausewitz na interpretação marítima de seus postulados, coincidindo que o fenômeno da guerra nada mais é que a continuação da política por outros meios e a aplicação da violência para alcançar um objetivo político, sendo a maior e mais crítica das decisões do Estadista juntamente com o General, determinar a natureza da guerra para não confundi-la ou torná-la em algo que não será, classificando-as da seguinte forma (CORBETT, 2004, págs. 28-48):

– **Ofensiva e Defensiva:** estas dependem se o objetivo é positivo ou negativo. O objetivo positivo é aquele em que se pretende tirar algo do inimigo, sendo considerado, neste caso, uma guerra de natureza ofensiva. Ao contrário, se o objetivo político é negativo e se pretende impedir que o inimigo ganhe vantagem em nosso detrimento, a natureza é considerada defensiva. No entanto, independente da natureza da guerra, ambas podem misturar ações defensivas e ofensivas para atingir esse objetivo.

– **Limitada e Ilimitada:** tal como argumentou Clausewitz, esta classificação refere-se ao valor de um objetivo político para os beligerantes. Se ele é vital para ambos, pode-se levar o conflito até ao fim da resistência dos Estados, sendo, nesse caso, uma guerra de natureza ilimitada. Por outro lado, se o objetivo é de menor valor e, não houver vontade de se chegar a um sacrifício tão extremo, diz-se que é de natureza limitada. Para Corbett, esta forma de guerra é difícil entre os Estados continentais de fronteira comum, já que há sempre o risco de uma Guerra Ilimitada, o que difere de um conflito entre Estados separados pelo mar, em que uma

das partes pode dominar o mar e isolar o objetivo distante, mantendo o conflito longe de seu território.

### 3.1.2 Teoria da Guerra Naval

Nesta parte descreveremos os princípios para realizar o controle do mar, baseando-se no controle das Linhas de Comunicações Marítimas e na condução da Guerra Naval.

– **A Teoria do Objetivo. Controle do Mar:** Corbett especifica que o objetivo da guerra naval é obter o controle do mar ou negá-lo ao seu adversário, e que a situação normal é aquela em que não há qualquer controle pelas partes. Enfatiza que as condições para alcançar o controle diferem estrategicamente da conquista do território, pois no mar não se pode obter os meios de subsistência como no anterior. Além de não ser suscetível sua posse, já que não é possível excluir os neutros, o controle do mar nada mais é que o controle das comunicações marítimas, tanto militares quanto comerciais, ao mesmo tempo em que as negam ao adversário. Este controle é ajustável, podendo ser geral ou local; permanente ou temporário, no entanto, o controle geral e permanente nunca pode ser absoluto (CORBETT, 2004).

– **Teoria dos Meios. A Constituição da Esquadra:** esta teoria define a constituição que as esquadras devem ter e as características das unidades que a conformam para a consecução dos objetivos estabelecidos em relação ao controle do mar e ao controle das comunicações marítimas (CORBETT, 2004).

– **Teoria do Método. Concentração e Dispersão de Força:** essa teoria define a concentração como “a arte de reunir força máxima no momento e local certos” (CORBETT, 2004, pág. 1444, tradução nossas), o que não deve ser confundido com o conceito de concentração das forças terrestres que evolui em etapas administrativas da organização;

---

<sup>5</sup> “The art of assembling the utmost force at the right time and place” (CORBETT, 2004, pág. pos. 1444)

movimento e desdobramento estratégico, estando nesta etapa final reunida para iniciar a batalha. No entanto, essa conceituação não é válida para as forças navais, em que o conceito de concentração está ligado à dispersão e à flexibilidade destas, sendo capaz de convergir no mesmo ponto, em um tempo e lugar adequados para uma determinada ação. O objetivo do anterior é monitorar os portos e movimentos do adversário, a fim de evitar suas operações, forçando-o a permanecer inativo, para que não chegue a se concentrar. Ele compara a força com um leque que abre e fecha, especificando:

A concentração não indica um corpo homogêneo, mas um organismo composto, controlado a partir de um centro comum, e suficientemente elástico para permitir que ele cubra um campo extenso sem sacrificar o apoio mútuo de suas partes (CORBETT, 2004, pág. 132, tradução nossa<sup>6</sup>).

### 3.1.3 Condução da Guerra Naval

Uma das características da guerra naval é que, apesar da superioridade de nossa esquadra, o inimigo pode retirar-se completamente da área de operações e impossibilitar sua destruição.

Os objetivos naturais da guerra no mar são obter ou disputar o controle do mar e exercer o controle das LCM, independentemente do grau de controle que tenha sido alcançado do mar, resumindo as operações da seguinte forma:

#### 3.1.3.1 Métodos para obter o controle

São os seguintes os métodos para obtenção do controle do mar (CORBETT, 2004):

– **Ao obter uma decisão:** consiste em obter uma decisão pela batalha com a esquadra inimiga, concluindo que o primeiro objetivo é procurá-la e destruí-la. No entanto, esse

---

<sup>6</sup> *Concentration connotes not a homogeneous body, but a compound organism controlled from a common centre, and elastic enough to permit it to cover a wide field without sacrificing the mutual support of its parts* (CORBETT, 2004, pág. 132).

paradigma ao longo da história tem sido questionado, porque é uma condição que o mais fraco historicamente recusou, com esperança de equilibrar as forças desgastando parcelas da esquadra inimiga em ações menores. Pelo exposto, Corbett estimou que a melhor maneira de encontrar a batalha é com um fundamento estratégico que obrigue o inimigo a fazer-se ao mar, forçando sua decisão, sendo o método mais eficaz, a ameaça ao seu comércio.

– **Bloqueio:** pode ser comercial ou naval, em que o primeiro tem por objetivo a paralisação do comércio marítimo inimigo, e que está associado à forma anterior de forçar a decisão. O segundo tem subdivisões que, por sua vez, são orientadas a impedir a saída da esquadra inimiga por meio de um bloqueio cerrado resultando em um controle local e temporário, e um bloqueio afastado, cujo objetivo é permitir a saída ao mar da esquadra inimiga e a posterior destruição por meio da batalha.

### 3.1.3.2 Métodos para disputar o controle

São os seguintes os métodos para a disputa do controle do mar (CORBETT, 2004):

– **Esquadra em Potência:** quando uma esquadra é fraca e não tem a oportunidade de disputar o controle por meio de operações ofensivas, ela pode manter o estado de disputa com uma atitude defensiva, por meio de movimentos táticos ou estratégicos, pelos quais o mero fato de sua existência e capacidade, limita a liberdade de ação da esquadra adversária.

– **Contra-ataques:** quando uma força mais fraca renuncia ao confronto com a esquadra inimiga na batalha, esperando reduzir a diferença do poder relativo de combate por meio de contra-ataques sobre uma parte da força oponente.

### 3.1.3.3 Métodos para exercer o controle

Os métodos para o exercício do controle do mar de acordo com Corbett (2004) são:

– **Defesa contra invasão:** especifica que a guerra não se concentra na destruição da esquadra inimiga, mas o mais importante é impedir a transferência de um exército inimigo pelo mar e proteger a passagem das próprias forças expedicionárias. Portanto, o principal objetivo deve ser sempre os navios de transporte e não os escoltas.

– **Ataque e defesa do comércio:** pode ser feito de duas maneiras, em terminais marítimos ou em mar aberto, sendo o primeiro o mais eficaz, mas que exige maior esforço e risco. Sua dificuldade em mar aberto é determinada pela extensão do mar, enquanto nas áreas de concentração, como portos e pontos focais, pode ser ocupada com uma força maior da defesa. Dita a importância de tornar insuportável a luta contra o comércio adversário para que os danos o obriguem a preferir a paz em nossas condições, em vez de continuar a luta.

– **Ataque, defesa e apoio de expedições militares:** operações que seguem em sua essência as mesmas considerações que as operações contra o comércio, diferindo que seu alvo é o Estado inimigo, onde certamente haverá resistência. Para isso conta com dois elementos, transportes e escoltas, mas pode chegar a conter até quatro elementos: o exército, os navios transportes, os escoltas e uma força de cobertura, localizando-se esta última suficientemente distante da força de desembarque, onde atuará como uma força puramente naval para garantir o controle local e temporário necessário para o trânsito e para a operação em si.

## 3.2 Desenvolvimento histórico do pensamento de Corbett

Em seguida, por meio de um breve resumo histórico, vamos analisar como desde a publicação do seu trabalho “Alguns princípios de estratégia marítima” (1911), seu pensamento influenciou o emprego do Poder Naval.

### 3.2.1 Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

Para a análise deste conflito, de características ilimitadas, vamos nos concentrar especialmente nas experiências obtidas pelo Almirante da Marinha Alemã Wolfgang Wegener (1875-1956) em seu trabalho de 1929: "A Estratégia Naval na Guerra Mundial", que explica a derrota alemã e o fracasso de sua esquadra com uma interpretação precisa tanto de Mahan quanto das deficiências da posição alemã mencionada no capítulo anterior, e os erros do alto comando naval alemão na condução das operações navais descritas por Corbett.

Ele ressalta que a condução das operações navais alemãs foi executada a partir da sua perspectiva cultural terrestre, vendo o mar próximo à Baía Alemã como um território que poderia ser conquistado pela força naval, ao contrário de Grã-Bretanha que se concentrou na proteção de suas LCM no Atlântico. No entanto, o Mar do Norte era um mar que não tinha valor, porque não havia rota comercial importante, estabelecendo-se assim a esquadra só como uma guarda costeira marítima esperando pela batalha decisiva que eles pensavam que a Grã-Bretanha iria buscar. Porém, este último não tinha interesse nessa batalha, já que, como observamos, as LCM que permitiram sua subsistência estavam no Atlântico e não eram ameaçadas pela esquadra alemã (WEGENER, 1950).

Apesar do exposto, ocorreu a tão esperada batalha na Jutlândia (31 de maio ao 1 de junho de 1916). Wegener considerou que o erro britânico, foi o seu entusiasmo com o novo material de seu inventário, os cruzadores-encouraçados, procurando eliminar a ameaça naval alemã com uma batalha decisiva como em Trafalgar; a Alemanha entretanto, ao não conseguir o resultado esperado, não voltou a tentar a batalha pelo resto da guerra (WEGENER, 1950).

Sobre o fundamento para a batalha aponta: “quanto, então, um necessita para viver alguma coisa que o outro não lhe pode dar para não morrer, produzem-se as batalhas”

(WEGENER, 1950, pág. 25, tradução nossa<sup>7</sup>). A Alemanha nunca realizou ações com um propósito de ameaçar o tráfego marítimo britânico no Atlântico, que forçasse a Grã-Bretanha a aceitar a batalha.

Wegener resgata da esquadra alemã neste período, o seu valor como uma Esquadra em Potência, uma vez que a sua existência e vontade de lutar permitiu a Alemanha durar quatro anos no conflito e não cair antes, já que afastou a possibilidade de invasão pelo mar, sendo derrotados finalmente pela falta de uma posição estratégica e à busca da batalha, em vez de executar operações de exercício e disputa propostas por Corbett.

Por outro lado, a Grã-Bretanha neste conflito assimilou os conceitos de Corbett, exceto o "erro" cometido na Jutlândia em que prontamente corrigiu antes que se tornasse uma catástrofe. Pois: "a esquadra britânica não existia com a finalidade de derrotar o esquadra alemã; existia com o propósito de obter e manter o controle dos mares" (BEADON, 2009, págs. 499-507, tradução nossa<sup>8</sup>). Tal controle era visto no Atlântico, que era a base de seu sustento e que nunca foi ameaçado, sendo essa missão bem cumprida pela esquadra britânica.

Nesse conflito, começaram a surgir as operações navais e terrestres coordenadas, como Galípoli, apesar de ter sido um fracasso, por consequência dos erros de planejamento e improvisação das ações (AGUIRRE Vio, 1997).

### 3.2.2 Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Esta foi uma guerra de objetivo ilimitado, na qual, para corrigir os erros da guerra anterior, a Alemanha rapidamente capturou posições estratégicas, primeiro na Noruega e depois na França. Da Noruega realizaram ações com suas unidades de superfície, transitando pelo norte

---

<sup>7</sup> "La batalla se produce recién cuando uno necesita, para vivir, algo que el adversario no puede dar para no morir" (WEGENER, 1950, pág. 25).

<sup>8</sup> "The British fleet did not exist for the purpose of fighting the German fleet, it existed for the purpose of obtaining and maintaining command of the seas" (BEADON, 2009, págs. 499-507)

da Grã-Bretanha, para fazer operações de Exercício do Controle do Mar com ações corsárias de unidades de superfície e mercantes artilhados contra as LCM britânicas. O resultado dessas ações foi o fundamento para a batalha, então ocorreram alguns encontros de superfície, primeiro em Narvik, e depois nos combates de 24 e 27 de maio (afundando o *HMS Hood* e o *Bismarck* respectivamente). No entanto, nessa ocasião, a Alemanha não tinha força naval suficiente para afetar as LCM ou a força britânica. Por outro lado, a partir da França, a Alemanha empreenderia a Batalha do Atlântico, onde as operações de submarinos hostilizariam as LCM britânicas, quase conseguindo o êxito desejado, entretanto a Grã-Bretanha empreendeu com sucesso à proteção destas, conseguindo sobreviver (AGUIRRE Vio, 1997).

No Pacífico, já estudamos no capítulo anterior a influência mahaniana no Japão, mas os Estados Unidos, apesar de ter uma grande influencia de Mahan, agiram sob o paradigma de Corbett, decidindo apresentar a batalha com um fundamento estratégico, como na Batalha do Mar de Coral e Midway em defesa de objetivos negativos, evitando a captura de posições estratégicas pelo Japão, e posteriormente, as operações de objetivo positivo, que implicaram na invasão do território japonês consolidando as operações conjuntas, em que a estratégia marítima é complementar as operações terrestres (AGUIRRE Vio, 1997).

É importante destacar neste Teatro as operações para exercer o controle realizados com sucesso através da guerra submarina irrestrita dos EUA, conseguindo sufocar o Japão, que ao contrário da Grã-Bretanha no Atlântico, concentrou seus esforços na batalha, negligenciando suas LCM, resultando ao final da guerra em um total desabastecimento e por conseguinte sua incapacidade em sustentar o esforço de guerra (PAINE, 2013).

### 3.2.3 Conflitos curtos após a Segunda Guerra Mundial

Após a Segunda Guerra Mundial, seguiu-se uma série de conflitos, a maioria de baixa intensidade ou crise, principalmente no âmbito da Guerra Fria, em que o objetivo era, na maioria

dos casos, de características limitadas. Vamos analisar alguns deles a partir da perspectiva do pensamento de Corbett.

– **Guerra de Coreia (1950-1953):** guerra de características limitadas, que no tocante ao desenvolvimento de ações navais, os Estados Unidos tinham o controle do mar e a liberdade de ação, o que permitiu coordenar sem inconvenientes as operações navais e terrestres (AGUIRRE Vio, 1997).

– **Crise dos Mísseis de Cuba (1962):** Depois da provocação soviética, os EUA deslocaram seu Poder Naval para a área, realizando operações para obter o controle mediante um bloqueio e impedindo, ante a incapacidades da força naval convencional da ex-União Soviética de disputar o controle, a chegada dos elementos para instalação dos mísseis (HARTUNG, 2001).

– **Guerra Indo-Paquistanesa (1971):** guerra essencialmente marítima, com poderes navais muito desiguais em favor da Índia, que realizou operações de controle por meio de um bloqueio econômico efetivo. Por outro lado, o Paquistão tentou operações de disputa e exercício sem sucesso, através de ataques às unidades do bloqueio e contra as LCM indianas por guerra de minas (HARTUNG, 2001).

– **Guerra dos Seis Dias (1967):** neste conflito, o Egito tinha a superioridade naval e ameaçou Israel com uma invasão por mar a partir do Mediterrâneo, fundamento estratégico para que Israel realizasse operações de disputa com efetivos contra-ataques à esquadra egípcia nesse Teatro. No Mar Vermelho, procedeu da mesma maneira ante a ameaça do bloqueio de Eilat, enquanto coordenava suas operações navais com as terrestres para a conquista de objetivos estratégicos como Sharm el Sheikh (HARTUNG, 2001).

– **Conflito das Ilhas Malvinas (1982):** guerra que atende a todas as características do conflito de objetivo limitado descrito por Corbett, no entanto, a Argentina não tinha suficiente Poder Naval para isolar o objetivo geográfico contando apenas com uma força capaz de realizar

contra-ataques. No entanto, após o afundamento do *Belgrano*, a sua força não voltou ao mar, mantendo-se como uma Esquadra em Potência, mas com falta de vontade estratégica para ser um fator de planejamento ou risco para a esquadra britânica (HARTUNG, 2001).

Do ponto de vista britânico, estes materializaram um efetivo bloqueio militar e econômico da ilha por meio de uma zona de exclusão total, para posteriormente executar, em coordenação, operações navais e terrestres para a sua reconquista (HARTUNG, 2001).

– **Primeira Guerra do Golfo Pérsico (1991):** neste conflito, destaca-se o uso das LCM, tanto do ponto de vista militar, para a transferência da grande quantidade de insumos necessários para a execução da invasão, quanto para a proteção destas para o comércio mundial pelas importantes rotas que circulam naquela área. Uma vez que o conflito eclodiu, as forças navais das Nações Unidas (ONU) foram usadas em coordenação com operações terrestres através de operações de apoio a expedições militares e proteção das LCM, contribuindo efetivamente para o objetivo da guerra (HARTUNG, 2001).

Por outro lado, o Iraque, apesar de ter a posição, não tinha a força, por isso só tentou realizar operações de exercício para afetar as LCM por meio de minas de deriva sem maior sucesso (HARTUNG, 2001).

### 3.3 Considerações parciais

No presente capítulo considerando o marco teórico exposto com o pensamento de Corbett, contrastando com o desenvolvimento após a publicação de sua obra, podemos concluir parcialmente que, durante o decorrer do século XX, sua interpretação de Clausewitz da guerra Limitada e Ilimitada consolidou-se ao longo do tempo, na qual a maioria dos conflitos foi executada em sua forma Limitada, especialmente após a Segunda Guerra Mundial.

No que se refere ao uso do Poder Naval de uma perspectiva estratégica operacional, seus princípios baseados na catalogação das operações de acordo com o objetivo buscado foram

consolidados a partir da Primeira Guerra Mundial, deslocando a batalha decisiva como um fim, exigindo um fundamento estratégico para apresentar à batalha, seja uma ameaça ou um incentivo. Da mesma forma, a importância de proteger suas próprias LCM e atacar a do inimigo é destacada e pode ser a ameaça deste, o fundamento necessário para a batalha.

Finalmente, e um dos seus legados fundamentais, determina a importância na relação que deve existir entre as operações navais e os objetivos em terra, lançando as bases para a condução conjunta de operações militares.

## 4 O MARCO TEÓRICO E EMPREGO EFETIVO DO PODER NAVAL NO SÉCULO XXI

O século XXI começou cronologicamente a partir de 1 de janeiro de 2001, no entanto, as mudanças no comportamento não obedecem às datas cronológicas, mas sim a eventos marcantes ao longo da história. No caso dos conflitos em geral e do uso do Poder Naval, essa transição comportamental foi marcada pelos eventos que implicaram no fim da Guerra Fria, tanto pela queda do Muro de Berlim, em 1989, quanto pelo desmembramento da antiga União Soviética no ano 1991. A partir dessas datas, estabelecem-se um sistema hegemônico liderado pelos Estados Unidos da América, enquanto os conflitos começaram a apresentar uma transição em que, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, surgiram as chamadas “novas ameaças”, distanciando-se do conflito tradicional entre Estados, tão marcantes durante o século XX, já estudados nos capítulos anteriores.

Pelo exposto, neste capítulo vamos nos concentrar no estudo do uso do Poder Naval durante o presente século, fazendo inicialmente um estudo do marco teórico a respeito de que foi escrito sobre ele, focando principalmente no livro de Geoffrey Till *"Poder Marítimo: um guia para o século XXI"* (2007) e alguns artigos de revistas especializadas em estratégia marítima, e depois, analisar algumas aplicações efetivas do Poder Naval em conflitos e outras operações militares distintas da guerra (MOOTW)<sup>9</sup>, a fim de obter nas conclusões parciais as relações efetivas entre as teorias e seu uso efetivo durante o século XXI.

---

<sup>9</sup> Entendendo como MOOTW: “aquelas operações que normalmente se concentram em promover a paz em ambientes internacionais em que não está assegurada e torna-se conveniente protegê-la. O uso das forças militares complementa os outros instrumentos do Estado para reforçar o seu efeito de manter essa paz desejada ou forçar ações para estabelecer essa condição” (ARMADA DE CHILE, 2009, pág. 93).

## 4.1 Marco teórico

Para o estudo do marco teórico, vamos nos concentrar nas áreas em que os pensadores clássicos analisados levantaram suas teorias e no que foi escrito a esse respeito na atualidade, para que finalmente, com os resultados deste capítulo, tenhamos a base de comparação necessária para a análise final do trabalho.

Diante disso, vamos nos referir principalmente a três áreas: as atuais perspectivas geopolíticas; às novas teorias relacionadas ao desenvolvimento das guerras e conflitos; e, finalmente, o emprego estratégico do Poder Naval no presente.

### 4.1.1 Perspectivas geopolíticas atuais

O livro *"Poder Marítimo: um guia para o século XXI"* (TILL, Poder Marítimo, uma guia para el siglo XXI, 2007) estabelece que, como no século XIX, o comércio marítimo é um processo de associação entre os Estados, no qual o seu maior benefício é alcançado durante a paz, contribuindo para a prosperidade e estabilidade do mundo. Tal afirmação, inserida no fenômeno da globalização, corresponde aos valores promovidos atualmente pela Organização Mundial do Comércio (OMC), e portanto, é do interesse das potências marítimas preservar a paz, a fim de usar de forma correta este comércio, destacando a visão de Mahan a respeito, sobre a importância que o Poder Marítimo tem no sentido de defender o sistema de comércio internacional, do qual depende a paz e a prosperidade do mundo.

Por outro lado, refere-se à atual importância da localização geográfica dos Estados e à implicação para sua situação estratégica, destacando sua importância de maneira similar a Mahan em relação às características do litoral, à disponibilidade dos portos, à importância dos rios, fertilidade do solo, riqueza interior, proximidade de importantes linhas de comunicação e fácil acesso ao mar (TILL, 2007).

Dessa forma, Till (2007) aponta que a condição da geografia marítima é atualmente tão importante quanto era no passado, mencionando o exemplo da Holanda e a importância tanto no passado como nos dias de hoje do acesso ao Canal da Mancha para o seu desenvolvimento. Por outro lado, cita a atual desvantagem da Sérvia e da Etiópia, que perderam o seu acesso ao mar, a primeira em consequência do desmembramento da antiga Iugoslávia (1992) e a segunda com a independência da Eritreia (1993), retirando-se completamente da atividade marítima e perdendo uma posição importante para seu Poder Nacional e desenvolvimento.

Em relação à posição geográfica, por exemplo, o site da Secretaria de Defesa dos Estados Unidos (Defense, 2019), afirma que possui dez Comandos de Combate, quatro Comandos funcionais e seis de caráter geográfico em áreas de influência distribuídas da seguinte maneira: África, Central (Oriente Médio), Europa, Indo-Pacífico, Norte (América do Norte) e Sul (América do Sul), dando a cada um deles diferentes missões dependendo dos interesses dos EUA nessas regiões e complementado pelas diferentes esquadras estabelecidas no mundo para ir ao Teatro solicitado (Navy, 2019).

A esse respeito Geoffrey Till (2007) refere-se às posições estratégicas que até hoje mantêm os Estados em áreas de influência e próximos a rotas comerciais importantes, como a Grã-Bretanha nas Falklands, Gibraltar e Chipre, ou a França e as colônias que ainda mantém, contrastando com Estados de posições desfavoráveis como a Rússia com acesso restrito a mares de águas quentes (até publicação do livro, prévio à crise de Crimeia que modificou relativamente essa situação).

Expandindo nesta área, destaca-se o conceito de *Sea Basing* ou “Base no Mar”, que, na ausência de posições em terra que permitam o controle das LCM ou facilitem o desenvolvimento de operações expedicionárias, entrega a uma força naval todo o apoio necessário por meio de unidades logísticas com capacidade de permanência prolongada na área de interesse, ampliando a capacidade do Poder Naval de controlar o mar e apoiar uma força

expedicionária, projetando assim o Poder Militar a partir do mar e reduzindo a dependência política dos aliados locais (TILL, 2007).

Quanto a conceito de “Base no Mar”, Hartung, em sua publicação *“Sea Power 21”* (2003), refere-se, como a projeção de soberania e a provisão de maior apoio às forças conjuntas a bordo e em terra.

De acordo com o exposto por Jordán (2005), é importante ressaltar que atualmente o conflito tradicional entre os Estados está se tornando menos frequente e, ao contrário, junto com o fenômeno da globalização, “novas ameaças” estão surgindo, marcadas principalmente por conflitos de baixa e alta intensidade, simétrico e assimétrico, mas sempre em um sistema internacional anárquico entre Estados que continuam competindo uns com os outros, aos quais se somam ameaças terroristas de alcance global, Estados falidos que afetam os interesses de poderes no mundo e representam ameaças à segurança internacional.

Urrutia (1999) ressalta que, nas relações de poder entre os Estados, o mar continuará dentro dos critérios clássicos de importância que apontam para o controle das LCM e para permitir a projeção da força militar sobre um possível adversário. Ele expande o anterior para áreas de interesse global, como pontos focais ou de confluência, que, se necessário e antes de uma ameaça ao comércio internacional, pode levar a atuar como uma coalizão.

Finalmente, o descrito resume a relação entre as principais teorias de emprego do Poder Naval usadas no presente estudo em relação à atual situação geopolítica mundial, em que o tradicional conflito entre os Estados ainda está em vigor, mas são adicionados hoje as “novas ameaças”, que atuam sobre os mesmos objetivos mas de maneira diferente.

#### 4.1.2 Teorias da Guerra

Segundo Till (2007), os conflitos deste século serão marcados por um aumento significativo dos esforços de cooperação naval e marítima no mar, para contribuir na solução

da ameaça dos Estados falidos e dos outros Estados, que ameacem os interesses globais dentro do marco de conflitos limitados. Conflitos que serão enfrentados por mandato das Nações Unidas por meio de coalizões.

O mesmo autor especifica que, além dos conflitos de caráter limitado definidos por Corbett e que envolvem o Poder Naval, a importância dos recursos marinhos aumentará devido à escassez e à maior demanda por estes, levando a um possível foco de conflito, principalmente devido à importância do alto mar<sup>10</sup> e o fato de não existir nenhuma jurisdição e ser ao mesmo tempo um patrimônio de todos. Sendo assim, é necessário estabelecer um sistema marítimo global para defender esses recursos e impedir sua exploração excessiva, seja por Estados, organizações terroristas ou qualquer outro tipo. Pelo exposto, levanta-se a possibilidade de se criar uma força global dedicada aos espaços que não são de soberania de um determinado Estado, mas pertencem à humanidade embora isso seja de difícil execução diante das diferenças entre os Estados e a incapacidade das Nações Unidas de ter uma força própria para esse fim.

Jordán (2005) afirma que as guerras do século XXI, sem descuidar do tradicional conflito entre Estados, avançarão para o enfrentamento de ameaças não tradicionais, em que o Poder Naval desempenhará um papel importante na neutralização da pirataria e do terrorismo no mar, na imposição da paz e na defesa de interesses nacionais ou multinacionais formando coalizões. Também, terão mais relevância as tarefas de inspeção naval, como a neutralização do tráfico de drogas, a imigração ilegal ou outros atos ilícitos praticados pelo mar.

O exposto resume as mudanças nos conflitos do presente século, destacando o enfrentamento por coalizões das ameaças não tradicionais que afetam principalmente a boa ordem no mar.

---

<sup>10</sup> O âmbito de aplicação do alto mar é: “As disposições da presente Parte aplicam-se a todas as partes do mar não incluídas na zona econômica exclusiva, no mar territorial ou nas águas interiores de um Estado, nem nas águas arquipélagicas de um Estado arquipélago” (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1995).

#### 4.1.3 Perspectiva Estratégica

Till (2007) atribui ao Poder Naval um papel importante no apoio à política externa dos Estados por meio da presença naval como meio de coerção (dissuasão ou compulsão), ou em atividades de formação de coalizões orientadas principalmente para manter ou impor a paz. No mesmo campo, Booth (2014) destaca o papel das Marinhas no apoio à política externa dos Estados como uma ferramenta útil para as negociações internacionais sem chegar ao uso da força.

Do ponto de vista de uma função militar, Booth (2014) especifica que a natureza militar das Marinhas continua sendo seu princípio fundamental, assim como o uso potencial de sua essência violenta.

Till (2007) também se refere à classificação das Marinhas de acordo com as suas capacidades para exercer as funções militares, de controle, expedicionárias, policiais etc., dividindo-as em nove categorias diferentes: Poder Naval com alcance global e com projeção de poder total; Poder Naval com alcance global e com projeção de poder parcial; Poder Naval médio com alcance global e projeção de poder; Poder Naval médio com alcance regional e projeção de poder; de projeção de força adjacente; de defesa territorial marítima; de defesa territorial costeira; de vigilância policial; e àquelas que são apenas de natureza simbólica. Além disso, especifica o equilíbrio que a força deve ter, com relação aos tipos de unidades de acordo com as missões que vão realizar. Por exemplo, uma força expedicionária deve ser composta de unidades com capacidade logística suficiente para suportar a força que será projetada sobre terra, ao mesmo tempo, deve ter unidades que dão proteção.

Por outro lado, Till (2007) refere-se que, produto do impacto desigual da globalização, a pobreza aumentou em alguns Estados, permitindo o surgimento de Estados falidos ou grupos de risco para a segurança regional exigindo a intervenção de forças de estabilização ou imposição da paz por meio das Operações Expedicionárias. Nessas atividades, as Marinhas

desempenham um papel importante ao constituir meios rápidos para desdobrar forças com capacidade de demonstração credível, coerção ou combate a longas distâncias, além de uma grande capacidade de projetar esse Poder Militar do mar sobre terra, de forma conjunta ou combinada para alcançar os objetivos estabelecidos.

Till (2007) também se refere ao conceito “boa ordem no mar”, baseado na exploração adequada dos recursos; para o uso do mar como meio de transporte e LCM; como meios de troca de informações, e como fonte de poder e domínio. Estabelece a importância para os Estados nestes pontos acima e as ações necessárias para protegê-los das ameaças atuais, assegurando o emprego em seu favor, bem como a negação aos inimigos em potencial, independentemente da natureza desses. Entende o mar como um sistema global, no qual a perturbação de um componente pode afetar os outros, de modo que as Marinhas têm a responsabilidade, principalmente na supervisão e controle de rotas marítimas, ao mesmo tempo em que neutraliza as forças, organizações ou Estados que tentam ameaçar a boa ordem no mar.

Sobre o uso e a negação do mar, Urrutia (1999) aponta o uso do Poder Naval para alcançar acordos políticos e obter mudanças no comportamento de elementos perturbadores, sejam Estados ou outros, referindo-se ao seu uso para isolar, cercar, bloquear, impedir o uso do mar e aplicar força, se necessário, para subjugar a vontade perturbadora.

O mesmo autor especifica que o controle do mar no século XXI é alcançado com o conhecimento do que acontece nele, permitindo que as atividades que contribuem para o próprio benefício sejam executadas, limitando ou evitando aquelas que o interferem. Expandindo esse conceito, além do cenário de guerra ele é aplicável aos tempos de paz para as tarefas policiais, na preservação dos espaços marítimos, o que implica considerar novas estruturas e capacidades do Poder Naval para esse fim.

Em relação ao Poder Marítimo para o presente século, Till (2007) aponta que, embora os Estados Unidos tenham mantido durante o século XX e até hoje uma clara influência de

Mahan no desenvolvimento das suas forças e na busca pela obtenção da decisão pela batalha, diante dessas “novas ameaças” e do fim da Guerra Fria, mudaram sua posição, o que se manifestou na publicação *"Forward from the Sea"* (1994) dando maior importância à atividade conjunta e à projeção de Poder Militar a partir do mar, por meio de campanhas expedicionárias e operações para manter a boa ordem no mar.

Finalmente, no presente século a projeção do Poder Naval sobre terra desempenha um papel fundamental, bem como a coordenação entre as operações navais e aquelas que se desenvolvem em terra. Além disso, mantem a importância do livre emprego das LCM em benefício próprio, ao mesmo tempo que a negação deste para os inimigos, sejam Estados ou outras organizações.

## **4.2 Emprego efetivo do Poder Naval no século XXI**

Em seguida, estudaremos alguns dos principais conflitos ocorridos neste século, bem como algumas operações militares diferentes da guerra que exigiram o uso do Poder Naval.

### **4.2.1 Conflitos do século XXI**

Em seguida, por meio de um breve resumo histórico, analisaremos como o Poder Naval tem sido utilizado em conflitos tradicionais entre Estados e como as teorias modernas se refletem nessas ações.

– **Guerra do Afeganistão (2001-2014):** a guerra no Afeganistão foi a resposta dos Estados Unidos aos ataques terroristas no *World Trade Center* em Nova York. Nesta campanha expedicionária, um grande número de operações de projeção da Força Naval sobre terra foram realizadas, como ataques lançados do mar por navios de superfície ou submarinos com mísseis

de cruzeiro contra alvos a centenas de quilômetros em terra, para degradar a capacidade do adversário (TILL, Poder Marítimo, una guía para el siglo XXI, 2007).

Outro exemplo foi a infiltração de tropas 400 milhas dentro do território afegão em que 600 Fuzileiros Navais foram transportados por helicóptero para o aeroporto de Bibi Tera em apenas 4 horas, constituindo o desdobramento operacional mais longo e rápido na história do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha dos Estados Unidos, reafirmando o mar não apenas como meio estratégico de transporte, mas como espaço de manobra, em que o Poder Militar pode ser levado de forma rápida e eficiente a qualquer ponto do mundo (TILL, 2008).

Aquela condição expedicionária, implicava, por outro lado, um grande esforço logístico para a transferência dos suprimentos necessários para a campanha, que era realizada principalmente por via marítima por uma força de transporte que tinha que ser adequadamente protegida, principalmente nas áreas focais de maior risco de ataques de unidades terroristas fundamentalistas (TILL, Poder Marítimo, una guía para el siglo XXI, 2007) .

Nesse conflito, as Forças Armadas Estadunidenses foram apoiadas por uma rede de mais de 68 Estados, alguns com bases no exterior, que forneceram posições de apoio. Foram realizadas operações marítimas no Mar da Arábia, Golfo de Omã, Estreito de Málaca e mares do Sudeste Asiático, Mar Vermelho e Mediterrâneo, que incluíram: operações de inteligência e reconhecimento, proteção das forças, apoio logístico, escolta e interceptação marítima entre outras (TILL, Poder Marítimo, una guía para el siglo XXI, 2007).

– **Guerra do Iraque (2003-2011):** nesta guerra, uma das principais preocupações dos membros da coalizão participante formada pelos EUA, Grã-Bretanha e Austrália foram as tradicionais tensões com relação à necessidade de garantir e manter o controle do mar, ao mesmo tempo em que apoiavam as operações em terra. Portanto, essas forças fizeram um grande esforço para proteger os navios mercantes e navios de guerra de alto valor importantes para as operações em terra. Diante disso, o autor Geoffrey Till (2008) recorda como lição

aprendida, o lamento do almirante Nelson há 300 anos: “fazem falta fragatas”, destacando a importância de ter uma esquadra balanceada com diferentes tipos de unidades para proporcionar escolta e fazer efetivo o controle do mar na zona costeira do Iraque, permitindo assim o sucesso das operações em terra.

A resposta iraquiana não foi significativa, limitando-se as tentativas por meio de lanchas rápidas, de realizar contra-ataques às unidades da coalizão, mas que foram rapidamente neutralizadas pelas unidades aeronavais britânicas (TILL, 2007).

Um evento importante no nível operacional foi o esforço de reposicionamento após a rejeição turca de conceder bases, demonstrando a importância de ter áreas de influência política e uma posição estratégica na região, o que para essa situação foi substituída em grande parte por ter uma “Base no Mar”, que por sua vez foi apoiada pelas bases avançadas de Gibraltar e Chipre dos britânicos e Diego García dos Estados Unidos (TILL, 2008).

– **Crise das Coreias (2009-2010):** os problemas entre as Coreias se arrastam desde meados do século XX envolvendo uma série de crises, sendo que uma das mais complexas ocorreu neste século, devido à ameaça nuclear da Coreia do Norte.

A Coreia do Norte tem atualmente uma força naval orientada para a defesa da costa com unidades e submarinos menores, ideais para ações de forças especiais e ataques às LCM. Em contraste, a Coreia do Sul tem uma força equilibrada com embarcações oceânicas, navios de patrulha costeira e submarinos convencionais (ARENTSEN, 2012).

A crise começou com o desafio da Coreia do Norte de usar a tecnologia de mísseis balísticos para lançar um satélite, levando a uma série de respostas e reações de ambos os lados, entre os quais destaca-se a ação de superfície por parte de unidades da Coreia do Sul sobre os navios norte-coreanos ao violar a Linha Limite Norte (NLL) no chamado combate de *Daecheong*, e pelo afundamento da corveta sul-coreana *Cheonan* por um ataque submarino que,

junto com os ataques de artilharia norte-coreanas a ilha *Yeonpyeong*, levaram ao limite a tensão entre os dois Estados (ARENTSEN, 2012).

Por consequência, as forças estadunidenses intervieram, usando o Poder Naval como elemento moderador da crise, ao mesmo tempo em que fizeram um apelo diplomático à China para cooperar na resolução da crise, concordando a Coreia do Norte em negociar em dezembro de 2010, solicitando, em troca, ajuda humanitária para alimentar sua população (ARENTSEN, 2012).

Finalmente, a região constitui uma área de interesse para a maioria das grandes potências, em que a Rússia, apesar de fora desta crise, e a China, historicamente prestavam apoio à Coreia do Norte, para manter um ponto de influência na região, no caso da Rússia, e, para a China, manter um Estado tampão entre as potências ocidentais, lideradas pelos EUA, evitando assim, ter uma fronteira que os leve a enfrentar diretamente. Analogamente, os Estados Unidos têm interesses na península servindo como área de influência para controlar a China, contando com seus aliados, Japão, Coreia do Sul e Taiwan (ARENTSEN, 2012).

– **Guerra Civil Síria (2011-atualidade):** Como resultado dos eventos violentos na Síria que começaram em 2011, as Nações Unidas solicitaram ao Conselho de Segurança por quatro vezes uma intervenção militar, tendo sido vetadas pela China e pela Rússia, o que impediu qualquer operação expedicionária na região. É importante notar que a Síria é um Estado de grande interesse para a Rússia, por causa de seu acesso restrito aos portos de águas quentes e por sua afinidade com o regime atual. Com os acordos estabelecidos com o governo sírio, ela pode contar com uma base naval no porto de *Tartus*, permitindo um importante foco de influência na região ao mesmo tempo em que viabiliza a projeção de seu Poder Naval sobre a Europa, pelo que uma intervenção internacional, e uma mudança de governo na Síria, como resultado disso, ameaçaria sua posição na região (GÓMEZ, 2014).

Na região há uma série de interesses econômicos, políticos e ideológicos de diferentes atores indiretamente envolvidos, destacando o interesse que o futuro da Síria representa para os Estados Unidos, em que um governo pró-ocidental permitiria que ele estivesse presente na região e constituísse uma influência para conter o Irã e afastar as ameaças a Israel ao mesmo tempo que negaria uma posição à Rússia no Mediterrâneo (GÓMEZ, 2014).

Nesses conflitos de natureza tradicional entre estados podemos apreciar como as teorias apresentadas acima sobre operações expedicionárias se materializam, a importância do controle das LCM e a validade do Poder Naval, para exercer influência em diferentes regiões.

#### 4.2.2 Operações militares distintas da guerra

A seguir, apresentaremos alguns exemplos, nos quais o Poder Naval desempenhou um papel preponderante em operações militares distintas da guerra.

A proteção do tráfego marítimo em condições de paz para o estabelecimento da boa ordem do mar tornou-se essencial para assegurar os interesses dos diferentes Estados que usam o mar como meio de transporte. Exemplos como o caso do atentado terrorista contra o petroleiro francês *Limburg*, em frente de ao Golfo de Aden, em outubro de 2002, ou os ataques sofridos pelos grupos separatistas *Aceh* e *Abu Sayef* aos navios que transitam pelos arquipélagos indonésios e filipinos, demonstram isso, indicando a necessidade real de conceder em certos pontos focais a proteção necessária, como fez a fragata *HMS Sheffield* na região do Caribe entre setembro e novembro de 1998, período no qual, além de apoiar as áreas de catástrofe e operações antidrogas, deu escolta para o navio de gás *Arcadia* (TILL, Poder Marítimo, uma guia para el siglo XXI, 2007).

Em outra função totalmente diferente, em novembro de 2001, o *USS Peleliu* com 2.100 Fuzileiros Navais e outros dois navios foram colocados, com sua capacidade de projetar Poder

Naval sobre terra, contra o Qatar para fornecer segurança para uma reunião da OMC (TILL, 2007).

Outro exemplo dessas atividades é a operação Atalanta, que foi criada em 8 de dezembro de 2008 por resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas para operar nas costas da Somália até dezembro do ano 2020 com as seguintes tarefas: proteger navios vulneráveis, dissuadir, prevenir e reprimir a pirataria e o roubo no mar, monitorar a atividade de pesca na costa da Somália e apoiar programas e agências da União Europeia na região. Isto é feito por meio do uso coercitivo de unidades de superfície da coalizão ou através de uma escolta, conseguindo a restauração da boa ordem no mar na região (EUNAVFOR, 2019).

Nessas operações militares distintas da guerra podemos apreciar como as teorias apresentadas acima sobre boa ordem no mar constituem uma base fundamental para segurança das rotas comerciais atuais.

### **4.3 Considerações Parciais**

No presente capítulo, considerando o marco teórico apresentado e, contrastando com algumas ações que implicaram o uso do Poder Naval neste século, podemos concluir parcialmente que, durante o decorrer do século XXI, ou melhor, com o fim da Guerra Fria, uma nova gama de ameaças emergiu além dos conflitos tradicionais entre Estados, marcada principalmente por ameaças delituosas no mar, como tráfico de seres humanos, drogas, exploração excessiva de recursos, terrorismo e pirataria o que afeta os interesses econômicos da maioria dos Estados devido à insegurança que gera em importantes rotas comerciais.

Dessa forma, surgiu o conceito de boa ordem no mar, que pretende apenas garantir o emprego do mar em seu próprio benefício e negar o seu uso pelas “novas ameaças” ou por Estados sob um paradigma de conflito tradicional que nunca deve ser excluído por completo.

As operações expedicionárias em conjunto com a “Base no Mar” foram constituídas como um binômio fundamental para a projeção do Poder Naval sobre terra, sendo estas operações vocacionadas, principalmente, para a restauração da ordem em uma região específica. Nesta perspectiva, a visão clássica mahaniana do poder no mar mudou-se para uma visão a partir do mar, implicando uma forte relação entre o uso do Poder Naval em favor dos eventos que ocorrem em terra para atingir os objetivos definidos em conjunto.

Finalmente, as posições constituem permanentemente áreas de interesse para os Estados, devido à influência que podem exercer na região onde se localizam, o controle das LCM que circulam nas proximidades, como a facilidade que concedem ao desdobramento rápido e oportuno do Poder Naval onde quer que seja requerido.

## 5 CONCLUSÃO

Neste estudo, procuramos identificar a influência de Mahan e Corbett sobre o emprego do Poder Naval no século XXI, estudando suas teorias e sua posterior aplicação, bem como a análise de teorias atuais e o uso efetivo de Poder naval no presente século.

Em relação a Mahan e sua visão geopolítica podemos afirmar que, neste século, em função da estabilidade do sistema internacional em que os Estados mantêm uma concorrência permanente, seus conceitos fundamentais permanecem válidos. Tem grande importância hoje, assim como teve no passado, a Posição Estratégica como um pilar fundamental na base de poder dos Estados permitindo por meio do Poder Naval exercer o controle das LCM próximas, fazer presença em regiões onde se deseja ter influência por meio de alianças políticas e acordos ou posições próprias, e agir rapidamente e de maneira oportuna quando for necessária a presença em um teatro de operações próximo. Em relação às posições, vale a pena notar que hoje a sua capacidade foi ampliada por meio do conceito de “Base no Mar”, adaptando este conceito mahaniano aos recursos tecnológicos e de meios atuais.

Em relação à composição das forças, sofreu modificações com relação à visão mahaniana centrada na força organizada forte, já que hoje está orientada para uma força multipropósito, podendo ser empregada na proteção das LCM, na proteção das operações expedicionárias, em operações de projeção e também de apoio logístico dentro do conceito de “Base no Mar”.

Os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial operaram indiretamente sob o paradigma de Corbett, mantendo entretanto, internalizada o emprego da Força na busca pela decisão pela batalha decisiva mahaniana, o que só mudou em meados dos anos 90, quando assimilaram os conceitos de operações navais como uma manobra de apoio às operações terrestres, de modo que a batalha, como primeiro objetivo ou fim em si mesma, perdeu relevância no presente século.

Com respeito a Corbett e suas teorias de guerra, podemos afirmar que sua concepção de guerras limitadas é a que se materializa hoje, principalmente em operações expedicionárias no caso dos conflitos tradicionais entre Estados.

Com relação ao uso estratégico e operacional do Poder Naval, de um modo geral tanto nas teorias atuais quanto no uso efetivo do Poder Naval, podemos ver que tais teorias permanecem plenamente válidas em todo seu leque de alternativas de operações expostas por Corbett, seja para os conflitos entre Estados, para as “novas ameaças” e operações distintas da guerra. Destacamos o que Corbett disse há mais de 100 anos que a Estratégia Naval deveria estar subordinada às operações terrestres, estando hoje mais atual do que nunca com operações expedicionárias conjuntas e combinadas, juntamente com a mudança de visão dos EUA a respeito da manobra de apoio em terra já mencionada anteriormente.

Já o conceito de boa ordem no mar nada mais é do que a interpretação do conceito das operações de exercício de controle do mar de Corbett aplicado às ameaças atuais, que durante a publicação da sua obra não existiam, a fim de garantir o uso das LCM em benefício próprio e negá-las ao inimigo.

Finalmente, podemos concluir, com base no exposto, que em geral as teorias de Corbett e Mahan têm influenciado efetivamente as teorias e o emprego do Poder Naval no presente século, sendo Mahan mais influente no viés geopolítico, ao contribuir com o Poder Nacional, e Corbett uma influência sobre o uso do Poder Naval nos níveis estratégico e operacional nas variadas ações e campanhas para atingir seja um objetivo estratégico ou um objetivo operacional.

## REFERÊNCIAS

- CLAUSEWITZ, K. V. (1853). *De la Guerra*. Berlín: Kindle Edition.
- CASTEX, R. (1938). *Teorias Estratégicas* (Vol. I). Buenos Aires, Argentina: Escuela de Guerra Naval.
- CASTRO, V. (15 de Janeiro de 2014). Coluna Mar & Guerra – A Marinha e as Posições Estratégicas brasileiras. *Defesa Aerea & Naval*.
- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. (1995). *Decreto 1.530*. Brasília: Presidencia da Republica.
- CORBETT, J. (2004). *Some Principles of Maritime Strategy*. (A. Kindle, Ed.) Mineola, New York, United States: Dover Publication Inc.
- AGUIRRE V, C. (1999). *HISTORIA NAVAL MUNDIAL* (Vol. III). Viña del Mar, Valparaíso, Chile: Universidad Marítima de Chile.
- AGUIRRE Vio, C. (1997). *Historia Naval Mundial* (Vol. II). Viña del Mar, Valparaíso.
- ARENTSEN, P. (may-jun de 2012). Crisis de las Coreas 2009-2010 y el empleo del Poder Naval. *Revista de Marina*, 129(928).
- ARMADA DE CHILE. (2009). Doctrina Marítima el Poder Marítimo Nacional. Em A. D. CHILE, *Doctrina Marítima el Poder Marítimo Nacional* (p. 93). Valparaíso, Chile: Comandancia en Jefe.
- BARRALES, J. (Noviembre de 2013). Punto Culminante y Estado Final Deseado. *Centro Naval*.
- BEADON, R. (14 de Sep de 2009). The Sea Power of Germany and teaching of Mahan. *Royal United Institution Journal*, 499-507.
- BOOTH, K. (2014). *Navies and foreign policy*. New York, NY, Estados Unidos de América: Routledge.
- Defense, S. o. (5 de julho de 2019). Fonte: Combatant Command: Recuperado de <https://www.defense.gov/Our-Story/Combatant-Commands/>
- EUNAVFOR. (8 de julio de 2019). *EUNAVFOR.EU*. Fonte: Recuperado de <https://eunavfor.eu>
- GÓMEZ, S. (nov-dic de 2014). Cuatro años de guerra civil en Siria:no hay tregua a la vista. *Revista de Marina*, 131(945).
- HARTUNG, K. (Sep-Oct de 2001). El Poder Naval en los conflictos cortos después de la Segunda Guerra Mundial. *Revista de Marina*, 118(864).

JORDÁN, G. (sep-oct de 2005). Globalización y los nuevos roles del Poder Naval en el siglo XXI. *Revista de Marina*, 122(888).

MAHAN, A. T. (1890). *The influence of Sea Power upon history 1660-1783*. (E. L. Mahan, Ed.) Boston, Estados Unidos: Little, Brown and Company.

MORTON, L. (1990). Japan's decision for war. *Center of Military History*.

US Navy, (5 de Julho de 2019). Fonte: US Fleets: Recuperado de <https://www.public.navy.mil/>

PAINE, L. (2013). *The Sea and Civilization, a maritime history of the world*. New York: Alfred A. Knopf.

Secretary, D. (6 de julho de 2019). Fonte: <https://www.defense.gov/Our-Story/Combatant-Commands/>

SOLIS, E. (2006). *La guerra en el mar y la estrategia marítima en la historia*. *Revista de Marina*, 123(893).

TERZAGO, J. (2005). *Alfred Thayer Mahan (1840-1914) Contraalmirante US Navy, su contribución como historiador, estratega y geopolítico*. Diplomado de Relaciones Internacionales Universidad de Viña del Mar, Viña del Mar.

TILL, G. (2007). *Poder Marítimo, una guía para el siglo XXI*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales del Centro Naval.

URRUTIA, P. (Sep-Oct de 1999). *El control del mar en el siglo XXI*. *Revista de Marina*, 116(852).

TILL, G. (abril-mayo de 2008). Transformación naval, Fuerzas Terrestres y el impulso expedicionario: el debate sobre el concepto "Base en el Mar" (Sea Basing). *Temas seleccionados Académicos de guerra Naval Armada de Chile*.

WEGENER, W. (1950). *La Estrategia Naval en la Guerra Mundial*. Buenos Aires.

YOSHIHARA AND HOLMES. (Marzo de 2006). Japanese maritime thought: if not Mahan, who? *Naval War College Review*, 59, 31.